SOCIOLOGIA / Professora Léa Paraense Serra
Turmas de 3º ano do Ensino Médio

ENEM / Matriz de Referência de Ciências Humanas e suas Tecnologias
Competência da área 6
Compreender a sociedade e a natureza, reconhecendo suas interações no espaço em diferentes contextos históricos e geográficos.

TEMA: **Meio ambiente**

Até a década de 1950, as preocupações mundiais giravam em torno das consequências da Segunda Guerra Mundial, da Guerra Fria, do capitalismo e do socialismo. Os problemas ambientais apresentados como preocupantes eram relacionados ao desenvolvimento industrial e aos testes nucleares.

A partir da década de 1960, foram desenvolvidos estudos para calcular a relação existente entre crescimento econômico e meio ambiente, surgindo, assim, a questão do ambiental. Em 1968, foi realizada em Paris uma conferência que, além de detalhar a questão da biosfera, tinha como pauta promover uma reflexão mundial a respeito do meio ambiente: a Conferência Intergovernamental de Especialistas sobre as Bases Científicas para Uso e Conservação Racionais dos Recursos da Biosfera (Conferência da Biosfera), sob a coordenação da UNESCO, tendo por objetivos analisar o uso e a conservação da biosfera, o impacto humano sobre a mesma e a questão ambiental.

Em 1972, ocorreu na Suécia a primeira conferência mundial sobre o meio ambiente: A Conferência de Estocolmo, que teve como resultado a criação do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas. Para **Antônio Augusto Trindade**, *"a proteção ao meio ambiente teve reconhecimento desde 1972, pela Declaração de Estocolmo, como um direito fundamental dos indivíduos, a existência de um meio-ambiente sadio e equilibrado, sendo a condição necessária à efetividade de numerosos direitos da pessoa humana para as gerações presentes assim como para as gerações futuras".*

Durante a década de 1980, a questão do meio ambiente ganhou força e foi divulgada em todo o planeta, levando a população mundial a refletir sobre a importância do ambiente para a sobrevivência humana. Nesta década ocorrem vários acidentes ecológicos.

Entre os dias 3 e 14 de junho de 1992 realizou-se no Brasil, no Estado Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – a **ECO-92** – despertando o mundo definitivamente para o problema ambiental, estabelecendo que *"os seres humanos constituem o centro das preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável. Têm o direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com o meio ambiente".* Teve um caráter especial em razão da presença maciça de inúmeros chefes de Estado, demonstrando assim a importância da questão ambiental no início dos anos 90. Durante o evento, o presidente Fernando Collor de Mello transferiu temporariamente a capital federal para o Rio de Janeiro. As forças armadas foram convocadas para fazer uma intensa proteção da cidade, sendo responsáveis também pela segurança de todo o evento.

A conferência **ECO-92** contou também com um grande número de Organizações Não Governamentais (ONGs), que realizaram de forma paralela o Fórum Global, que aprovou a Declaração do Rio (ou **Carta da Terra**). Conforme esse documento, os países ricos têm maior responsabilidade na preservação do planeta. Duas importantes convenções foram aprovadas durante a **ECO-92**: uma sobre biodiversidade e outra sobre mudanças climáticas. Outro resultado de fundamental importância foi a **Agenda 21**, um plano de ações com metas para a melhoria das condições ambientais do planeta, acordo estabelecido entre 179 países.

O que é a Carta da Terra?
A Carta da Terra é uma declaração de princípios éticos fundamentais para a construção, no século 21, de uma sociedade global justa, sustentável e pacífica. Busca inspirar todos os povos a um novo sentido de interdependência global e responsabilidade compartilhada voltado para o bem-estar de toda a família

humana, da grande comunidade da vida e das futuras gerações. É uma visão de esperança e um chamado à ação.

A Carta da Terra se preocupa com a transição para maneiras sustentáveis de vida e desenvolvimento humano sustentável. Integridade ecológica é um tema maior. Entretanto, a Carta da Terra reconhece que os objetivos de proteção ecológica, erradicação da pobreza, desenvolvimento econômico eqüitativo, respeito aos direitos humanos, democracia e paz são interdependentes e indivisíveis. Consequentemente oferece um novo marco, inclusivo e integralmente ético para guiar a transição para um futuro sustentável.

A Carta da Terra é resultado de uma década de diálogo intercultural, em torno de objetivos comuns e valores compartilhados. O projeto da Carta da Terra começou como uma iniciativa das Nações Unidas, mas se desenvolveu e finalizou como uma iniciativa global da sociedade civil. Em 2000 a Comissão da Carta da Terra, uma entidade internacional independente, concluiu e divulgou o documento como a carta dos povos.

A redação da Carta da Terra envolveu o mais inclusivo e participativo processo associado à criação de uma declaração internacional. Esse processo é a fonte básica de sua legitimidade como um marco de guia ético. A legitimidade do documento foi fortalecida pela adesão de mais de 4.500 organizações, incluindo vários organismos governamentais e organizações internacionais. À luz desta legitimidade, um crescente número de juristas internacionais reconhece que a Carta da Terra está adquirindo um status de lei branca ("soft law"). Leis brancas, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos são consideradas como moralmente, mas não juridicamente obrigatórias para os Governos de Estado, que aceitam subscrevê-las e adotá-las, e muitas vezes servem de base para o desenvolvimento de uma lei stricto sensu (hard law).

Neste momento em que é urgentemente necessário mudar a maneira como pensamos e vivemos, a Carta da Terra nos desafia a examinar nossos valores e a escolher um melhor caminho. Alianças internacionais são cada vez mais necessárias, a Carta da Terra nos encoraja a buscar aspectos em comum em meio à nossa diversidade e adotar uma nova ética global, partilhada por um número crescente de pessoas por todo o mundo. Num momento onde educação para o desenvolvimento sustentável tornou-se essencial, a Carta da Terra oferece um instrumento educacional muito valioso.

Outro documento de intenções ambientais é o *Protocolo de Kioto*, assinado no Japão em 1997, que obriga as potências industrializadas a reduzirem até o ano de 2012, a emissão de gases causadores do efeito estufa. Atualmente, é consenso mundial de que as preocupações humanas com guerras, terrorismo, capitalismo, pobreza e tantas outras não adiantarão se não houver preservação do planeta.

Questão ambiental na Amazônia

Especificamente no caso do Brasil, uma das mais relevantes preocupações é a destruição das matas, sobretudo da floresta amazônica, que é o maior bioma existente no planeta e que vem sofrendo, ao longo do tempo, significativo desmatamento, provocado pela agricultura, pela pecuária e pelo extrativismo de madeira. Outro problema de alteração ambiental é causado pela atividade do garimpo: grandes escavações e/ou desvio de curso dos rios, causando erosão; envenenamento de águas de rios, provocado pelo mercúrio utilizado no garimpo, causando a morte de peixes, de seres humanos e da vegetação.

A Amazônia como problema "nacional" (por **Maria do Carmo Bezerra Maciel Bédard**, PhD em Ciências Sociais / ULAVAL-Québec-Ca, Pós-Doctor/Sorbonne-França):

A Amazônia transforma-se em um problema para a economia interna no fim da II Guerra Mundial, depois da queda da borracha no mercado internacional, quando esta perde sua importância como produto de exportação e que o modelo de desenvolvimento do Norte torna-se o modelo nacional de progresso. Foi então que Regiões do Brasil que apresentavam fatores difíceis superar para a industrialização, ganharam o estatuto de "Regiões Problema". Neste sentido, a resposta do Brasil às ingerências externas, apesar de uma aparente autonomia e independência, termina por uma "quase" sujeição que se torna evidente seja pela elaboração de políticas econômicas que não refletem as

necessidades mais urgentes da maioria da população, seja pela aceitação de acordos de cooperação que favorecem principalmente os países ricos.

Se analisarmos o papel de muitos organismos e ajuda depois da Ii Guerra Mundial, uma grande parte dos programas internacionais financiados ou promovidos por entidades estrangeiras provocaram efeitos ecológicos destruidores. No caso da Amazônia é conhecido que importantes problemas ambientais foram criados após o financiamento pelo Banco Mundial, de projetos de extração dos minerais destinados à exportação, como foi o caso do Projeto Carajás.

Projeto Carajás

O principal pólo de extração de minério de ferro do Brasil fica dentro da Floresta Nacional de Carajás, no sudeste do Pará. Trata-se de um projeto de escavação comandado pela empresa *Vale* bem no meio de uma área preservada de 411 mil hectares. Para chegar até ao ponto em que é possível avistar as escavações é necessário percorrer mais de 35 km de mata, uma das poucas da floresta amazônica que ainda resiste à destruição provocada pelo avanço da pecuária e de madeireiras na região. A reserva fica localizada bem no Arco do Desmatamento, fronteira assim chamada devido à velocidade com que a derrubada de árvores vem acontecendo. Ao redor da Floresta Nacional de Carajás, a paisagem é uma constante de fornos de carvoarias, troncos derrubados empilhados e pastos selvagens.

O transporte é outro desafio. Do município de *Parauapebas*, no Pará, onde fica a reserva florestal e a mina, o minério é transportado pelos 892 km da Ferrovia de Carajás até o Porto do Itaqui, em São Luís, no Maranhão, de onde segue para o exterior. Ver o trem carregado passar impressiona tanto quanto ver os caminhões da altura de casas. São composições que chegam a ter mais de 3,9 km de comprimento, seqüência interminável de 330 vagões transbordando de minério de ferro, cada uma sendo puxada por quatro locomotivas distribuídas pela composição. Em 1997, quando a *Vale* foi privatizada, a ferrovia passou a ser controlada pela empresa graças a uma concessão por 30 anos, que pode ser renovada por mais 30.

Carajás: região de conflitos (por Professor **João Marcio Palheta da Silva,** doutor/pesquisador da Universidade Federal do Pará):

A privatização levou ao esquecimento projetos tidos como certos no Pará, e à mudança de comportamento da companhia em relação ao território em que atua. Municípios ficaram só na esperança e sem qualquer justificativa aceitável: por que os projetos antes prioritários ao Estado e da companhia hoje estão no esquecimento, e por que compromissos assumidos foram esquecidos?

Não se pode dizer o mesmo em relação aos municípios que recebem os royalties; na sua maioria os municípios paraenses no sudeste do Estado vivem em precárias condições e dependem dos repasses dos fundos do governo federal e estadual. Parauapebas é o maior exemplo da falta de investimentos em setores sociais. Canaã dos Carajás, que está recebendo o Projeto Mineração Serra do Sossego da CVRD, também deposita suas esperanças nos royalties e nas arrecadações advindas das empresas que virão para o município.

As relações de poder que comandam as ações políticas dos paraenses quase sempre foram desfavoráveis ao Estado do Pará, muito embora tenhamos representantes nos poderes do Estado Brasileiro. A Amazônia passou por experiências desastrosas e pouco se tomou como lição, ocorre uma continuação na repetição de erros do passado quando se trata de falta de planejamento, para o Pará e para toda a Amazônia. Destarte, a maior experiência que se venha a tirar das relações da empresa com o Estado é que precisamos evoluir em termos de proposta e de viabilidade econômica, financeira e social. É necessário conhecermos os recursos naturais que podem contribuir para o desenvolvimento da sociedade paraense.

O Estado precisa ter um projeto de desenvolvimento não setorizado, mas que atinja o seu território como um todo. Só teríamos condições de conceber as riquezas e dar condições às sociedades locais para participarem do desenvolvimento de cada localidade se viabilizássemos as condições político-econômico-sociais das sociedades locais.

[...] Grande parte dos investimentos a CVRD destinou para Carajás, mas pouco está relacionada à verticalização da mineração no Pará. O minério continua saindo quase que in natura, sendo agregado pouco valor ao produto. Com isso o Estado deixa de arrecadar, e a sociedade local acaba não sendo beneficiada pelos investimentos realizados pela companhia conforme deveria ser.

Todos os investimentos que foram feitos pela companhia são importantes, não podemos negar sua contribuição, muito embora essa contribuição só agora seja questionada, ou seja, só agora aqueles que comandam a vida política do Estado perceberam que não bastam somente esses projetos sociais, tem que haver muito mais para gerar o efeito multiplicador na região de Carajás e assim beneficiar a sociedade local. Desde que saiu o primeiro carregamento de minério de ferro do território paraense, essa região mudou completamente suas relações econômicas com a empresa e seus diferentes atores sociais que estão presentes no sudeste paraense. Atraídos pelos projetos, migrantes, empresas e empresários vieram em busca dos investimentos que a CVRD estava fazendo em Carajás.

[...] Embora ocorra um aumento nas exportações do Pará, esse crescimento econômico não vem acompanhado pela modernização da indústria, nem pela ressonância econômica nos municípios, traduzidos em qualidade de vida para suas populações. Nada garante que o Pará, cada vez mais um Estado Minerador, possua e tenha como base somente esse tipo de economia para seu desenvolvimento. Torna-se necessário criar estratégias de desenvolvimento em outras escalas, como por exemplo, aproveitar o potencial agrícola do Estado. [...] Nesse sentido, a industrialização acabou fazendo na economia capitalista uma verdadeira mudança de valores, pois a industrialização virou sinônimo de desenvolvimento. Segundo Altvater (1995), o desenvolvimento é contrário ao meio ambiente, pois transforma numa desordem aquilo que a natureza levou milhões de anos para deixar no estado em que se encontra hoje. O tempo da natureza e do capital é incompatível nesse caso.

A violência rural no Pará se concentra justamente em Carajás. A região, originalmente povoada por comunidades tradicionais --indígenas, quilombolas, extrativistas e ribeirinhos--, sofreu um crescimento populacional nas décadas de 60 e 70, quando migrantes nordestinos chegaram ao Pará para trabalhar em grandes obras financiadas pelo governo federal, como a construção das rodovias Belém-Brasília e Transamazônica, ou para trabalhar na mineração, o que gerou uma massa de trabalhadores sem-terra após o fim das obras.

Também na década de 70, o governo militar incentivou a abertura de fronteiras agrícolas nas bordas da Amazônia, o que atraiu fazendeiros das regiões Sul e Sudeste, provocando o avanço do latifúndio para as áreas ocupadas por comunidades tradicionais e por posseiros. A busca por propriedades também provocou o aumento brutal da grilagem [falsificação de documentos de propriedade] de terras. Para se ter uma ideia, se considerados os registros em cartório, por conta da sobreposição de documentos, o território do Pará teria, em 2009, 490 milhões de hectares, o que representa mais de três vezes o tamanho real do Estado, segundo dados do Tribunal de Justiça (TJ).

Os índices da **Violência no Pará:**

Das 555 mortes no campo registradas em todo o país, 231 (41,6%) ocorreram no Pará

Entre 2000 e 2011 dos 42 agricultores que recebiam ameaças de morte e foram assassinados, 17 vivam no Pará

30 camponeses foram "jurados" de morte no Pará em 2010.

Finalmente, entendendo-se a cidadania como "o estabelecimento de um laço político entre o indivíduo e a organização do poder", podemos dizer que no Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu abertura de canais para participação efetiva na vida social, através do cidadão ou da coletividade. *Édis Milaré* observa que "reforçaram-se os canais de diálogo ante a convicção de que os cidadãos, com amplos conhecimentos de sua realidade e com acesso à informação, têm melhores condições de atuar sobre a sociedade, de articular mais eficazmente desejos e ideias e de tomar parte ativa nas decisões que lhe interessam diretamente". Vale lembrar que, "o princípio democrático é aquele que assegura aos cidadãos o direito pleno de participar na elaboração de políticas públicas".

Quanto à matéria ambiental, aquela Constituição abriu espaços à participação/atuação da população na preservação e na defesa ambiental, impondo a coletividade o dever de defender o meio ambiente (artigo 225, "caput", CF/88) e colocando como direito fundamental de todos os cidadãos brasileiros, a proteção ambiental determinada no artigo 5º, inciso LXXIII, CF/88 (Ação Popular). Estabeleceu que o meio ambiente é um bem de uso comum do povo, assegurando a todos o direito ao meio ambiente equilibrado, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo à presente e às futuras gerações e ampliou as ações judiciais na tutela ambiental.

Portanto, é direito da comunidade participar na formulação e execução das políticas ambientais, que deve ser discutida com as populações atingidas; também, a atuação nos processos de criação do Direito Ambiental; e, ainda, a participação popular na proteção do meio ambiente por intermédio do Poder Judiciário.

Governo apresenta ações para efetivar política sobre mudanças climáticas

O Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente - *Eduardo Delgado Assad* - apresentou nesta quarta-feira **(21/9/11)** as principais ações do governo para efetivar a Política Nacional sobre Mudanças do Clima (Lei 12.187/09). Em audiência pública na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, *Assad* citou a redução do desmatamento da Amazônia, a diminuição da emissão de gases e o início da execução de diversos planos setoriais entre as principais ações já efetivadas.

Os planos setoriais incluem ações, indicadores e metas específicas de redução de emissões de gases e mecanismos para a verificação de seu cumprimento. Esses planos, segundo *Assad*, deverão estar concluídos até dezembro de 2011. Eles estão previstos no Decreto 7.390/10, que regulamenta a Política Nacional sobre Mudanças do Clima.

O secretário informou que alguns planos setoriais já estão prontos ou em fase de revisão, como o que prevê o controle do desmatamento na Amazônia Legal e no Cerrado; o de baixa emissão de carbono na agricultura; e o de siderurgia. Ele ressaltou que o plano setorial na área de recursos hídricos, aprovado nesta semana pela Casa Civil, contempla a ocorrência de enchentes e seca e ações vinculadas à erosão costeira.

Sobre a criação dos novos Estados do Carajás e do Tapajós veja anexo (REDESENHO).

Fontes consultadas:

http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/MEIO-AMBIENTE/202996-GOVERNO-APRESENTA-ACOES-PARA-EFETIVAR-POLITICA-SOBRE-MUDANCAS-CLIMATICAS.html acesso às 21:41h de 24.09.11

http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2011/06/02/se-aprovado-estado-dos-carajas-sera-o-mais-violento-do-pais.jhtm acesso às 20:53h do dia 24.9.11

http://www.google.com/search?hl=en&sa=X&ei=k1t-TuTqG8jcgQeBsuEz&ved=0CBgQvwUoAQ&q=stricto+sensu+(hard+law).&spell=1&biw=1360&bih=653&bav=on.2,or.r_gc.r_pw acesso às 19:38h de 24.09.11

http://www.brasilescola.com/geografia/eco-92.htm acesso às 19:11h de 24.9.11

http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/meioambiente.html acesso às 18:55h de 24.09.11

http://br.monografias.com/trabalhos/poder-territorio-companhia-mineracao-amazonia/poder-territorio-companhia-mineracao-amazonia.shtml#_Toc137194680 acesso às 21:29h de 18.09.11

http://www.mpes.gov.br acesso às 20:10h de 17.09.11

http://www.oecoamazonia.com/br/reportagens/ acesso às 20:40h de 16.09.11
http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/what_is.html acesso às 13:23h de 04.09.11

VASCONCELOS, Ana. Manual Compacto de Sociologia. **Questões sociais contemporâneas**. 1ª edição – São Paulo: Editora Rideel, 2010.

REDESENHO

0 km 260



● A Câmara aprovou regime de urgência para a realização de plebiscito que permite criar dois novos Estados: Carajás e Tapajós



Como é hoje

O Pará é o segundo maior Estado do País, atrás do Amazonas

ÁREA	**1.247.703 km²**
MUNICÍPIOS	**144 municípios**
POPULAÇÃO	**7.321.493 habitantes**
DENSIDADE DEMOGRÁFICA	**5,66 hab./km²**
PIB PER CAPITA	**R$ 4.992 (dado de 2004)**

O que os projetos estabelecem

Estado de Tapajós

MUNICÍPIOS	**27**
LOCALIZAÇÃO	**Oeste do Pará**, no limite com o Estado do Amazonas
ÁREA	**736.732 km²** (58% do Estado do Pará)
POPULAÇÃO	**1.230.935 habitantes** (16% do Estado do Pará)
DENSIDADE DEMOGRÁFICA	**1,95 hab./km²**

Estado de Carajás

MUNICÍPIOS	**39**
LOCALIZAÇÃO	**Sul/Sudeste do Pará.** Inclui a represa de Tucuruí e a Serra de Carajás
ÁREA	**296.620 km²** (24% do Estado do Pará)
POPULAÇÃO	**1.663.978 habitantes** (23% do Estado do Pará)
DENSIDADE DEMOGRÁFICA	**5,61 hab./km²**

INFOGRÁFICO/AE

Fonte:
http://www.estadao.com.br/noticias/nacionalcarajas-e-tapajos-podem-ser-os-novos-estados-do-brasil,539406,0.htm acesso às 20:53h de 24.09.11